



Discurso do Presidente da República em exercício, José Alencar, na abertura do ciclo de debates “A Retomada do Crescimento Sustentável da Economia Brasileira”

Aracaju-SE, 23 de agosto de 2004

Meus amigos, como há várias cadeiras aqui na frente que estão disponíveis, e considerando que há muitas pessoas de pé, inclusive os estudantes, quem sabe vocês poderiam atender a um convite meu para se sentarem aqui, mais perto de nós? Por favor. Mas, agora, com o meu convite, eu acredito que todos vão aceitar.

Excelentíssimo senhor governador João Alves Filho,

Excelentíssimo senhor governador Albano Franco, presidente da Fundação Augusto Franco,

Excelentíssimo senhor deputado Garibalde Mendonça, presidente em Exercício da Assembléia Legislativa,

Excelentíssimo senhor desembargador Roberto Porto, presidente em Exercício do Tribunal de Justiça de Sergipe,

Excelentíssimo senhor José Fernandes de Lima, magnífico reitor da Universidade Federal de Sergipe,

Excelentíssimo senhor Luiz Eduardo de Magalhães, presidente do Fórum Empresarial de Sergipe,

Excelentíssimo senhor deputado federal Valdemar Costa Neto,

Excelentíssimo senhor deputado federal Sandro Mabel,

Excelentíssimo senhor deputado federal Bosco Costa,

Excelentíssimo senhor deputado federal Heleno Silva,

Excelentíssimo senhor Sérgio Góes, presidente da Câmara Municipal de Aracaju,

Excelentíssimo senhor Eduardo Prado, presidente da Federação das



Indústrias do estado de Sergipe,

Quero cumprimentar também o meu querido amigo, ex-presidente da Federação das Indústrias, Idalito de Oliveira, aqui presente,

Excelentíssimo senhor Jouberto Uchôa de Mendonça, magnífico reitor da Universidade Tiradentes,

Caríssimos estudantes que estão aqui abrilhantando a nossa festa. Estão abrilhantando mesmo, porque é assim que se constrói a democracia, é através do diálogo e do respeito ao jovem que tem um recado a trazer. De maneira que quando eu voltar para casa vou levar essa imagem de vocês, da coragem de vocês, da determinação de defenderem o que pensam.

Ilustres autoridades aqui presentes, que não foram citadas,
Minhas senhoras e meus senhores,

Eu, de fato fui convidado, com muita honra para mim, para participar hoje da abertura deste Encontro, falando um pouco com vocês sobre crescimento econômico.

Quando se fala de crescimento econômico, obviamente, muitas pessoas pensam que a preocupação de quem aborda um tema de economia é uma preocupação apenas econômica, que não há nenhuma preocupação com o social. É apenas uma preocupação com o econômico. Mas é preciso, então, que a gente coloque uma premissa básica: economia não é um fim que se encerra em si mesmo. A economia é meio. Mas nós precisamos de uma economia forte, próspera e independente, como meio para que se alcancem os objetivos sociais.

Então, é por isso que todos nós precisamos nos engajar num esforço nacional pelo desenvolvimento. Há muitos anos, o Brasil cresce menos do que pode, e muito menos do que precisa. Então, nós temos que ter a coragem de avaliar as razões pelas quais isso acontece, num país tão rico como o nosso, em recursos naturais e humanos, porque o Brasil é um país que possui áreas



de terra como nenhum outro país, com água e sol. Os técnicos e os especialistas do mundo inteiro sabem que terra, água e sol, o Brasil possui de forma inigualável.

E, mais do que isso, o Brasil possui um povo bom, ordeiro, trabalhador, inteligente, versátil. Então, é um país que também possui recursos humanos que, obviamente, ao lado dos recursos naturais, poderá experimentar um tempo novo, em que haja o desenvolvimento integrado, não só da economia, mas a começar com o desenvolvimento da educação, da saúde, do saneamento, enfim, todo o desenvolvimento que possa representar benefício para o homem, porque o homem é o fim, o homem é quem deve representar o objetivo nacional. Obviamente, o homem e a mulher, mas quando se fala do homem, todo mundo sabe, nós estamos falando do ser humano. O homem é o meio e, obviamente, é o fim do desenvolvimento.

Então, é preciso que nós estejamos atentos às potencialidades brasileiras para que elas sejam aproveitadas em benefício do desenvolvimento, como meio para que se alcancem os objetivos sociais.

Então, isto posto, eu gostaria de ler algumas informações que eu trouxe para serem ditas aqui. Há muita coisa que todos sabem, mas é preciso que se lembrem. No primeiro semestre deste ano, 2004, a economia brasileira acelerou o ritmo de crescimento, retomado a partir do segundo semestre de 2003. Agora, em junho de 2004, a produção física da indústria geral, com base em informação do IBGE, apresentou crescimento mensal dessazonalizado de 7,78%, registrando um desempenho positivo pelo décimo mês consecutivo, com tendência crescente.

Para o acumulado de janeiro a junho de 2004, em comparação com igual período de 2003, o IBGE acusa crescimento de 7,65% para a produção física da indústria geral e 8,10% para a indústria da transformação. Já a Confederação Nacional da Indústria aponta crescimento de 16,79% para as vendas da indústria da transformação.



O avanço das vendas em ritmo superior ao da produção sinaliza a possibilidade de persistência do crescimento. A CNI já projeta crescimento de 6% para o setor industrial em 2004. E as expectativas de mercado, conforme o Banco Central, já admitem um crescimento de 3,92% para o PIB de 2004.

A principal alavanca da expansão da indústria são as exportações. No acumulado de janeiro a junho de 2004 as vendas externas brasileiras atingiram 43 bilhões de dólares e as importações 28,3 bilhões de dólares resultando no saldo comercial de 15 bilhões de dólares, nos primeiros seis meses deste ano, o que contribuiu para melhorar a posição externa. Os dados preliminares de julho já apontam exportações de 52,3 bilhões de dólares e importações de 33,8 bilhões de dólares, com saldo de 18,5 bilhões de dólares, até julho.

Para 2004, as previsões do saldo comercial eram de 30 bilhões de dólares mas, hoje, já se pensa que o país vai superar esse objetivo de 30 bilhões de dólares. No ano passado, o saldo da balança comercial foi 24,8 bilhões de dólares.

O comportamento das exportações aproveita-se bem da conjuntura de alta dos preços das commodities no mercado internacional. É verdade que essas commodities estão experimentando uma certa queda de preços no momento, tanto a soja como o algodão, como outras commodities. Então, isso aí pode afetar um pouco esse nosso propósito de construir um saldo superior a 30 bilhões de dólares. Agora, muitos negócios para este ano, ou praticamente quase todos, já foram fechados, e se os países honrarem os seus compromissos, esse saldo me parece garantido. Mas é preciso observar que, enquanto os produtos básicos se responsabilizam por 31,55% do valor das exportações, os produtos industrializados representam 66,90%. Então, aqui não estão as commodities. As commodities estão em 31,55%.

Então, mesmo com a queda de preços das commodities, não irá afetar 100% das exportações brasileiras porque, dessas exportações, 67% são representadas por produtos industrializados. Desses, 13,7% pertencem a



semimanufaturados, destacando-se produtos como semimanufaturados de ferro e aço, 2,13%, pasta química de madeira, 1,90%, couros e peles, 1,45% e os outros 53,16% são manufaturados de maior valor agregado, destacando-se aviões, 3,6%, automóveis, 3,4%, calçado, 2,04%. Aqui não estão arrolados grande números de produtos, porque essa gama é gigantesca.

Embora as exportações tenham iniciado o processo de retomada e se constituído na sua principal alavanca, há que se ressaltar que a demanda interna também vem contribuindo para estimular a economia.

O comportamento da produção industrial por categoria de uso, no período de janeiro a junho de 2004, relativamente ao igual período de 2003, mostra que a categoria de bens de capital foi a que mais cresceu. Máquinas, bens de capital, 25,18%. Isso é claro que representa investimentos também que irão contribuir para o crescimento da produção, impulsionada tanto pelas exportações – houve muita exportação, com elevação de 44,35% – quanto pela demanda interna gerada pelos segmentos voltados para as exportações. Quer dizer, o cidadão consegue realizar grandes exportações, ele demanda máquinas produzidas no Brasil que, por sua vez, geram empregos internos e esses empregos internos melhoram o mercado interno brasileiro, que é o que está acontecendo. Então, as exportações têm sido a locomotiva que está puxando a economia, no momento, apesar dos problemas de juros, que é uma coisa que nós vamos conversar depois.

Então, a produção de tratores, por exemplo, cresceu 18,5% e a de colheitadeira, 37,4%. Já os bens de consumo, mais dependentes da demanda interna, apresentaram desempenho favorável, porém menos brilhante, 6,05%. Detalhando-se o crescimento da categoria de bens de consumo, nota-se que os duráveis cresceram 23,94%, beneficiados pela expansão do crédito. Em junho de 2004, o volume de operações de crédito no Sistema Financeiro apresentou um crescimento real de 5,4%, em relação a junho de 2003, elevando a participação do crédito no PIB de 24,7% para 26,1% no período. A



categoria de bens de consumo semiduráveis e não-duráveis, mais dependentes de renda, foi a última a reagir, apresentando crescimento de 2,7%, no acumulado de janeiro a junho de 2004, sobre igual período de 2003.

Conforme a CNI, Confederação Nacional da Indústria, o emprego industrial cresceu 1,15% no acumulado do ano, registrando crescimento em todos os meses desse primeiro semestre.

O IBGE constatou crescimento acumulado de 3,3% no nível de emprego nos 12 meses finalizados em junho. Com a expansão do emprego e a composição gradativa do poder de compra, a massa salarial na indústria, segundo a CNI, avançou 7,79% no acumulado de janeiro a junho de 2004.

Com o início da recuperação dos salários e do emprego, o comportamento favorável da categoria de bens de consumo semiduráveis e não-duráveis, bem como da demanda interna como um todo tende a se manter. O aquecimento econômico resultante fica visível no aumento da utilização da capacidade instalada. Em junho de 2004, o nível de utilização da capacidade instalada da indústria da transformação ficou em 84,2%, 84%, segundo a Fundação Getúlio Vargas. Isso, a capacidade instalada ou a ocupação da capacidade instalada, 84%. Isso é muito próximo da plena ocupação. Ou 83%, conforme a Confederação Nacional da Indústria. Isso demonstra que há uma certa realidade desse número, uma certa firmeza desse número.

À primeira vista, os altos níveis de utilização da capacidade podem parecer um entrave. Alguns setores já operam próximos da plena produção, ou da plena capacidade de produção, como é o caso do papel e papelão, 94,7%; borracha, 93,2%; metalurgia, 92,2%; perfumaria, sabões e velas, 91,7%; têxteis 90,3%. De fato, isso resultou em episódios como a falta de pneus na indústria automobilística ou a recusa de mais encomendas por parte das siderúrgicas até o final do ano. Então, vejam que é uma coisa delicada, e que tem que haver investimento urgente.

Da mesma forma que tem que haver investimento, também, em



estradas, em portos, em hidrovias, em ferrovias, porque o Brasil deseja crescer, pode crescer, tem condições de crescer e precisa crescer para gerar oportunidades de trabalho para os jovens. A cada ano chegam ao mercado de trabalho, hoje, no mínimo, dois milhões de brasileiros. Por que 2 milhões? Nós somos 180 milhões de brasileiros, 2 milhões é pouco mais de 1%, mas se considerar que os jovens que chegam ao mercado de trabalho estão com 18, 20 anos, então, ele advêm de um crescimento em taxa superior há 20 anos. Há 20 anos, o crescimento era coisa próxima, ainda naquele tempo, de 1,8% ao ano. Então, numa população de 150 milhões, representa coisa de 2 milhões e 400. Então, na verdade, chegam ao mercado de trabalho, agora, mais de 2 milhões de brasileiros ao ano. E nós recebemos um déficit de coisa parecida com 12 milhões de desempregados. Então, é preciso que, realmente, o crescimento seja a índices mais corajosos para que nós possamos absorver, governador, esse contingente de jovens que deseja trabalhar e que merece trabalhar porque, afinal de contas, o Brasil precisa trabalhar. Nada resiste à força do trabalho e o Brasil tem condições excepcionais de crescimento, como já tem demonstrado.

No curto prazo, tais episódios podem ser resolvidos com o aumento das importações ou reversões de exportações. Isso é o seguinte: muitas pessoas têm receio de que possam faltar mercadorias. Então, os técnicos chegam e dizem assim: no curto prazo, na falta de produtos para atender à demanda crescente, isso pode ser resolvido com o aumento das importações ou a reversão de exportações, ou seja, deixar de exportar alguma coisa para atender o mercado interno. Pode-se gerar algum impacto inflacionário, mas a inflação está sob controle. Inflação, nós não aceitamos de forma alguma. Nenhum governo que se preza, que seja sério, pode pensar em inflacionar a economia. Porque a inflação é o imposto mais caro que pesa, especialmente, nos menos favorecidos, porque no tempo em que nós tínhamos a correção monetária, dos balanços, trabalhávamos com a economia indexada, a ORTN,



as pessoas mais privilegiadas, mais conhecedoras da lide empresarial, se defendiam. Mas o assalariado vivia e raciocinava em cruzeiros, e não em ORTN, muito menos em dólar.

Então, aquela inflação é um mal com o qual nenhum brasileiro aceita mais conviver. Porém, nós não podemos colocar essa questão de “ou vencemos com inflação, ou então não crescemos”. Isso está errado. Nós não podemos dizer o seguinte: “que as taxas de juros, se caírem, advém a inflação”. Também não é verdade. Por quê? Todos os economistas do mundo inteiro sabem que a maioria dos países do mundo trabalha com taxa básica real negativa. Nos Estados Unidos, por exemplo, alguém ameaça: “os juros dos Estados Unidos estão para subir”. Os juros eram de 1%, subiram para 1,25%. Com 1% de taxa nominal, ele era taxa real negativa, com 1,25% continua taxa real negativa. Se ele passar para 2,5%, que dobra, ele continua com taxa real zero, porque a inflação é prevista em 2,5%.

Então, nós temos que perder o medo de romper com esse regime de juros, porque a economia está crescendo embasada nas exportações. As exportações não dependem apenas de nós, dependem também da ativação cada vez maior do mercado internacional e das operações e transações internacionais. É verdade que o nosso presidente Lula está fazendo um trabalho admirável, no que diz respeito a levar o nome do Brasil a todos os rincões do planeta Terra. Levar o nome mostrando, porque ele parte do princípio que ninguém pode gostar do que não conhece. Então, é preciso que o mundo conheça melhor o Brasil, até mesmo para acreditar nas nossas potencialidades.

Nós não precisamos, de forma alguma, temer nada. O Brasil, repito, é um dos países mais ricos do Planeta. O que nós precisamos é nos desgarrarmos desse medo que nós temos. Nós não podemos trazer as taxas de juros a patamares de padrão internacional, porque o Brasil não pode fazer isso. Mas a Colômbia pode. Nós não temos nada contra a Colômbia. A



Colômbia é um país vizinho, são nossos irmãos, mas a grande verdade é que a Colômbia possui governo paralelo de guerrilha. Pois bem, as taxas de juros básicas, reais da Colômbia, são de 2,2% ao ano. Então, o risco-Colômbia é muito menor do que o risco-Brasil. E nós não cuidamos de ver isso, colocar isso sobre a mesa, conversar isso com todos, com o mundo, a começar conosco, com todos, conversar com os estudantes, com os homens que trabalham na indústria, no comércio, na agricultura, com a dona de casa, que também é vítima dessas taxas de juros que são um verdadeiro despropósito, porque no crédito direto ou qualquer dívida, saldo devedor bancário, é uma coisa louca. O que se paga é coisa parecida com 100% ao ano. Então, não pode, porque enquanto a atividade produtiva não puder remunerar os custos de capital, não pode haver investimento compatível com o que o Brasil precisa que haja.

Então, é natural que nós tenhamos que fazer isso, debater essa questão, ter coragem de levantar e trazer à tona um dos itens mais importantes do Orçamento da União. A rubrica de despesa mais importante do Orçamento é a rubrica representativa dos juros com os quais o país rola a sua dívida. É claro que se há dívida, ela tem que ser paga, e os juros também têm que ser pagos. Só que o que se deseja é que eles sejam pagos em padrão de mercado internacional, e não tantas ou quantas vezes mais do que o mercado internacional.

No curto prazo, tais episódios podem ser resolvidos com o aumento das importações ou com a reversão das exportações. Pode-se gerar algum impacto inflacionário, mas a inflação está sob controle. O IPCA acumula a variação de 3,48% até junho de 2004, e de 6,06% nos 12 meses terminados em junho. Superior ao centro da meta, que é 5,5%, mas ainda abaixo do teto da meta, que é 8%. Isso, apesar da depreciação do Real, do aumento dos preços do petróleo e da tendência de elevação dos juros nos Estados Unidos da América.

No médio e longo prazo, o elevado nível de utilização da capacidade



pode não se constituir num estrangulamento ao crescimento, uma vez que essa situação sinaliza o momento de realização de investimentos. Mas o investimento só se realizará em um ambiente macroeconômico favorável, porque pressupõe uma taxa de juros civilizada.

Em junho de 2004, a taxa real de juros brasileira ficou em 9,5% ao ano, a taxa real básica praticada pelo Banco Central, a chamada Selic, no Brasil. A maior taxa praticada entre 30 das economias mais representativas do Planeta. A média da taxa real de juros entre essas 30 economias é de 0,4%. E dentre essas, a média dos países chamados emergentes, onde está o Brasil, é de 1%. Eu já tinha falado sobre isso aqui.

Apesar do patamar dos juros, os investimentos têm apresentado algum crescimento, em resposta ao dinamismo presente. Segundo o BNDES, no acumulado do ano, até junho, os desembolsos cresceram 39% sobre igual período do ano anterior, 105% na agropecuária, 32% na indústria, 39% na infra-estrutura, 13% em comércio e serviços, 18% em educação e saúde. Entretanto, a manutenção dos juros elevados compromete a taxa de investimentos no longo prazo.

Nos últimos nove anos, entre 1995 e 2003, segundo o Instituto Brasileiro de Planejamento Tributário, o retorno médio de uma aplicação conservadora no mercado financeiro foi de 18,3%, já descontado o Imposto de Renda, constituindo um ganho, em média, quatro vezes maior que o referente à rentabilidade média obtida pelas empresas produtivas, 3,6%. Resultado: nesse período, a taxa geral de investimento caiu de 20,54% para 18% do PIB, dados do IBGE.

Segundo o IPEA, a taxa de investimentos ficou em 19,3% em março de 2004. Então, houve um ligeiro aumento, como estou dizendo.

Taxas reduzidas de investimento condenam o Brasil a taxas lentas de crescimento. Segundo o Banco Mundial, os países em desenvolvimento devem crescer 5,4%, em média em 2004, enquanto a expectativa para o Brasil é de



3,9%. Para crescer a uma taxa em torno 5% ao ano, segundo o Banco Mundial, o Brasil precisaria de uma taxa de investimentos de cerca de 25% do PIB, segundo dados também do *J.P Morgan*. E, no entanto, as taxas de investimentos, em março, registraram 19,3%. Então, vejam que nós precisamos investir um pouco mais.

Agora, a economia não é alavancada no Brasil porque as empresas têm medo de alavancar a economia com essas taxas de juros no mercado, porque a atividade não compensa. Ao passo que, por exemplo, as empresas nos Estados Unidos e nos países da Europa trabalham com um grau de endividamento de 80%, 90% e podem trabalhar, porque a taxa de juros que elas pagam aos bancos é coisa parecida com 5% ao ano, de taxa nominal. A taxa real é inferior a isso. Então, elas podem trabalhar. Aqui, não. Aqui, se nós tivermos um grau de endividamento de 30%, ou seja, uma alavancagem de 30%, eu vou levar 70% de recursos próprios e vou ao banco buscar descontar minhas duplicatas ou o que for, 30% de recursos, eu vou transferir todo o meu esforço para o banco e, se facilitar, eu estou quebrado, como tem havido no Brasil.

Outro ponto que recomenda a redução dos juros é a indexação da maior parte. Isso é importante, 50,6% da dívida pública mobiliária federal interna está ligada à taxa Selic, que custa hoje 16% ao ano de taxa nominal, que são aqueles 9,5% previstos de taxa real, porque encarece a rolagem da dívida. A dívida pública mobiliária federal interna responde por 80% da dívida líquida do setor público, que chegou a 948,2 bilhões, em junho de 2004, ou seja, 56% do PIB. De janeiro a junho de 2004 foram apropriados 61,8 bilhões, 7,71% do PIB, para pagamento de juros da dívida brasileira. Enquanto o superávit primário gerado no período foi de 46,2 bilhões, ou seja, 5,76% do PIB. Assim, a dívida aumentou 15,6 bilhões, ou 1,95% do PIB.

Vocês devem se lembrar que a dívida pública brasileira, global, girava em torno de 30% do PIB, em 1995, no início do governo do presidente



Fernando Henrique. Quando terminou, ela estava em 55% do PIB. Então, representou um crescimento de 80 e poucos por cento, ou 27 para 55, 28 pontos percentuais. Ela dobrou. Não, é 30 para 55, 25 pontos percentuais. Oitenta e três por cento de aumento, ou 25 pontos percentuais, 25% do PIB que ela cresceu.

Quando cresce uma dívida, pressupõe-se que entrou o recurso em contrapartida. Quando a carga tributária cresce, como cresceu também no mesmo período, que a carga tributária sim, era 27% do PIB e foi para 35. Então, ela cresceu 8 pontos percentuais, que é igual a 120 bilhões, considerando um PIB de 1 trilhão e meio. Então, o que é isso? São 120 bilhões a mais que entraram de recursos. Com mais aqueles da dívida, que dá cerca de 400 bilhões, já vão aí mais de 500 bilhões de entrada de recursos.

Naquele período, houve privatizações que representaram 90 bilhões de dólares. Nós privatizamos todo o sistema siderúrgico, privatizamos todo o sistema de telefonia, privatizamos grande parte das hidrelétricas, privatizamos a Vale do Rio Doce, que é um país, e fizemos 90 bilhões de dólares. Então, com aqueles quinhentos e tantos, são 750, quase 800 bilhões que entraram de recursos. Obviamente, o pressuposto é de que tenham entrado esses recursos, como entraram. E para onde foram esses recursos? Foram, na maioria, para juros. Ah, mas os juros são devidos! São devidos, mas não no patamar em que nós rolamos a nossa dívida. Eles são devidos dentro de um patamar de mercado internacional. Então, isso é uma coisa que nós temos que discutir e temos que trazer à tona para que o Brasil possa escutar com clareza e vencer isso, porque o Brasil deseja e pode crescer. Mas nós precisamos querer que o Brasil cresça.

A necessidade de geração de superávit para cobertura da dívida conduz a outros fatores limitantes do crescimento. A elevação da carga tributária, principal problema das empresas industriais brasileiras, apontada como principal problema por 74% dos entrevistados na sondagem industrial de abril a



junho de 2004. Segundo o IPEA, a carga tributária saltou de 27% do PIB, em 31 de dezembro de 1994 para 34,9%, é aquilo que eu falei, desses 28 para 35.

O financiamento da dívida não deve ser feito com a inflação, daí a razão pela qual tem crescido tanto a carga tributária. Nós não podemos financiar a dívida e nem o presidente Fernando Henrique, que foi o governo passado, queria financiar a dívida com a inflação. Assim como também o governo presidido pelo presidente Lula não aceita e não atende de forma alguma financiar o crescimento da inflação. Para isso, o que foi feito pelo governo passado? Elevação da carga tributária. Então, todos nós temos o direito de reclamar da carga tributária, mas nós temos que compreender que a razão dela são os juros altos, exagerados, com os quais nós rolamos a nossa dívida.

Nós temos todo o direito de achar que a carga tributária é exagerada, e é, mas vamos ver a razão disso. A razão disso é essa. Por quê? Porque dinheiro para estradas, não houve; dinheiro para saneamento básico, não houve; dinheiro para investimento sério, não tem havido, porque todo o dinheiro é levado para os juros exorbitantes. Eles não precisam, de forma alguma, estarem situados num patamar completamente diferente do patamar com que os outros países rolam as suas dívidas. Aliás, é o que o governo vem tentando, através de medidas de desoneração, isso paradoxalmente. Paradoxalmente, o governo vem tentando reduzir tributos. Veja bem, paradoxalmente por quê? Porque, de fato, o crescimento da carga tributária tem sido uma constante em face dos despropositados juros que recaem sobre a nossa economia.

Então, por outro lado, ainda, para reforçar a capacidade de investimento do setor privado, ataca-se também na frente microeconômica através de iniciativas como a reforma trabalhista, a Lei de Falências, a definição de marcos regulatórios e as Parcerias Público-Privadas. Mas o fundamental para a sustentar o crescimento é que haja investimentos, e para tanto a redução do custo do capital é determinante, ainda mais diante das dificuldades para se cortar gastos orçamentários, impostos pela Constituição, o que dificulta a



redução da cunha fiscal.

Neste momento, temos uma grande chance em mãos, pois temos a retomada do crescimento numa conjuntura rara de inflação moderada e resultados positivos da balança comercial. A previsão do Banco Central para 2004 é superior a 30 bilhões de saldo comercial. Além disso, o índice de confiança do crescimento industrial atingiu 60,7 pontos em julho, maior valor para o mês de julho, desde 2000, isso reflete disposição para investimentos. É o momento de liberar as potencialidades de um país que representa a 5ª maior área e a 5ª maior população do mundo, 90 milhões de hectares de terras agricultáveis de alta produtividade ainda não utilizadas; maior reserva de água doce do mundo, quase três mil horas por ano de fotossíntese de sol; a melhor tecnologia de agricultura tropical do mundo; uma das lideranças mundiais em governo eletrônico, o país é um país informatizado, uma nação que comprova a sua capacidade científica e tecnológica em pesquisa, através da participação no projeto Genoma; o segundo mercado de telefones celulares do mundo; que consta entre os três maiores mercados para pequenos aviões, também, do mundo, entre outras e outras características altamente positivas da economia brasileira.

Então, meus amigos, a nossa conclusão é de que: primeiro, o Brasil está crescendo, voltou a crescer, especialmente graças às exportações, que ganharam condições, tendo em vista a mudança da política cambial e o crescimento do valor das commodities e o mercado externo crescendo. Isso é muito importante que se diga. Mas há também esse trabalho do presidente Lula, de levar o nome do Brasil ao exterior e mostrar as condições brasileiras. Quantos empresários têm vindo ao Brasil, são recebidos com uma disposição que é, também, inigualável, do Presidente, em Brasília, e os encaminha para empresas em todos os setores de atividade produtiva no Brasil, desde o setor primário, a partir da agricultura, pecuária, passando também pela mineração ao setor secundário que são as indústrias, ao terciário, serviços, comércio e infra-



estrutura. O que tem de potencialidade no Brasil para investimentos em estradas, energia elétrica, etc. Esses empresários que chegam ao Brasil voltam sem saber o que dizer.

Há pouco tempo recebi empresários de cotonicultura da Bahia. A Bahia, este ano, vai produzir mais de 200 mil toneladas de algodão. Então, eles chegaram e relataram para mim, lá em Brasília, o que aconteceu com uma visita de alguns empresários estrangeiros que os visitaram. Eles não me falaram, mas dentre eles estava um desses empresários, um italiano. Ele saiu da Bahia, e ele mesmo falou, com as palavras dele, que nunca podia imaginar que algodão sem irrigação obtivesse qualidade superior ao algodão do Vale de São Joaquim, na Califórnia, que é irrigado. E que, para sobreviver, já levou dos Estados Unidos, do governo americano, 2 bilhões e 800 milhões de dólares de subsídios para produzir quatro milhões de toneladas, o que correspondeu a 70 centavos de dólar por quilo de algodão. Na época, o algodão estava a um dólar e dez, a um dólar e 20, o quilo. Então, foi coisa de 60% de subsídio. Aqui é zero de subsídio. O que nós temos, aqui é terra, água que Deus nos deu, terra que Deus nos deu, sol, que é a fotossíntese, a Embrapa que é uma companhia admirável, respeitável de pesquisa agrícola e também de orientação para os agricultores. E, além disso, o Moderfrota, que são recursos em tempo hábil a 8,75% nominal ao ano, que representa uma taxa real insignificante.

Então, isso aí ajudou a agricultura e a agricultura fez esse sucesso. Mas nunca houve dispêndio de recursos na base de subsídio, como faz por exemplo a França em relação à soja, como faz toda a Europa em relação ao açúcar de beterraba, como fazem, por exemplo, os Estados Unidos com a proteção, enorme também, contra as nossas exportações não só de cana-de-açúcar como de álcool. Então o Brasil tem potencial.

Magnífico Reitor, eu vou terminar dizendo: o Brasil tem potencial, potencial de recursos naturais e humanos, tem um governo sério e tem um



povo bom, ordeiro, pacato, trabalhador, inteligente, versátil. Então, nos falta é realmente a demarragem, e essa demarragem virá porque Deus é brasileiro.

Muito obrigado.